



GT 54. Interculturalidade e Saúde Pública no Brasil: projeto social, político, ético e epistêmico.

Coordenador(es):

Maria Helena Ortolan (UFAM)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB - Universidade de Brasília)

Compartilhando a compreensão de Catherine Walsh (2009:14) sobre interculturalidade - "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico -, a proposta do Grupo de Trabalho é reunir trabalhos resultantes de pesquisas etnográficas e também de reflexões de agentes atuantes no campo da saúde pública, com objetivo de promover discussões analíticas sobre a complexidade da implementação de políticas públicas de saúde pautadas pelo princípio intercultural em sociedades e Estados-nações que, efetivamente, mantêm estruturas sociais e políticas monolíticas. O desafio teórico-metodológico aqui é compreender a interação de culturas diversas e não seu isolamento. No contexto globalizado contemporâneo, com intensificação das relações entre povos de culturas diversas, Néstor García Canclini ressalta a necessidade do estudioso "converter-se em un especialista de las interseccion" (2005:101), considerando a interação das diferenças a partir de concepções como "desigualdade", "conexão/desconexão", "inclusão/exclusão". No campo da saúde pública no Brasil, por exemplo, a promoção da atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, continua sendo um grande desafio político e epistêmico. Espera-se aqui discutir outros exemplos de atenção à saúde que exigem a interculturalidade, seja por diferenças étnicas ou mesmo outras.

As políticas de saúde sexual em tempos de avanço de neoconservadorismos

Autoria: Romulo do Nascimento Rocha (UFC - Universidade Federal do Ceará), Caiala Mariana Quixadá Monteiro Bruno Alves de Sousa Marcelo Tavares Natividade

Este work apresenta resultados parciais de work desenvolvido no Projeto de extensão "Observatório Nacional da Política LGBT", no âmbito do Laboratório dos Marcadores Sociais da Diferença (LAMAs). A proposta apresenta reflexão sobre os nexos entre políticas públicas e cenários conservadores, incluindo ataques e disputas em torno dos direitos sociais das minorias sexuais em uma perspectiva dos direitos humanos. Por meio de pesquisa documental, coleta de entrevistas e monitoramento de mídias, discute-se retrocessos na política LGBT e a percepção de pessoas LGBT sobre seus direitos, nas configurações políticas atuais. Historicamente, as políticas de prevenção e combate à epidemia de HIV/AIDS são associadas ao avanço das políticas LGBT. Os dados produzidos no âmbito dessa pesquisa ampla, exemplificam a percepção do desmonte da política pública de HIV/AIDS e outras IST's. Com o novo governo federal, a política de saúde voltada para o recorte de prevenção e cuidados com a saúde sexual da população se torna cada vez mais prejudicada com os desmontes que estão sendo realizados. Em 2019 tivemos a exoneração de Adele Benzaken, diretora do departamento de HIV/Aids e hepatites virais, que estava há anos na luta contra a epidemia que assustou o Brasil na década de 80 e vem até hoje sendo uma das principais causas que precisam de uma política de assistência para proteção e prevenção, como também o cuidado e acompanhamento das pessoas que vivem com HIV. O novo ministro da Saúde, pretende investir numa política de prevenção diferente com bases moralistas e critica algumas medidas da gestão anterior. Mais tarde, no segundo semestre de 2019, o Ministério da Saúde promove uma campanha que utiliza de medo para tentar conscientizar a população, reforçando estigmas e causando um transtorno de pânico moral. A temática é de extrema importância e deve ser abordada em diversos âmbitos, apesar de que ainda existem



tabus quando se fala de saúde sexual, porém a campanha ao invés de mostrar informações, apresenta uma postura agressiva que fortalece o estigma e o preconceito. Através da documentação dessas ações e atos do executivo podemos analisar as condições relacionadas ao desmonte no campo da saúde LGBT, que são exemplificados no fim do Departamento de HIV/Aids, bem como no controle da informação sobre a epidemia que impactam tanto as ações de prevenção, como o acesso a tratamentos e programas. A exposição apontará como perspectivas moralizadoras estão em disputa com concepções de políticas de saúde, como políticas de direitos humanos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: